


SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

ASPECTOS GERAIS

- Hipóteses (somente as previstas no CTN)  DECORE! MOR-DE-R-UM-PAR
 - Moratória
 - Parcelamento
 - Reclamações e recursos (no processo administrativo fiscal)
 - Liminares (em mandado de segurança ou outras ações judiciais)
 - Depósito do montante integral
- Não afasta o dever de cumprimento das obrigações acessórias
- Suspende a exigibilidade do crédito, mas não impede o lançamento

PARCELAMENTO

- É concedido por lei específica
- (salvo disposição de lei em contrário) não exclui a incidência de { juros multa
- Lei específica disporá sobre parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial
- Aplica-se subsidiariamente as disposições relacionadas à moratória.

MORATÓRIA

- = Dilação do prazo para cumprimento da obrigação

GERAL (gera direito adquirido!)

- Pela PJ de direito público competente para instituir o tributo
 - Pela união, quanto a tributos { estaduais/DF municipais
- desde que simultaneamente concedida a tributos federais + obrigações de direito privado (= moratória heterônoma)

INDIVIDUAL

- Por despacho da autoridade administrativa (desde que autorizado em lei)
- O beneficiário deve comprovar que preencheu os requisitos (não gera direito adquirido!)
- Só abrange créditos: (salvo disposição de lei em contrário)
 - definitivamente constituídos ou
 - cujo lançamento já tenham sido iniciado à data da lei/despacho que a conceda
- Não aproveita aos casos de { dolo, fraude ou simulação

SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO



RECLAMAÇÕES E RECURSOS (no processo administrativo fiscal)

VIA JUDICIAL

X

VIA ADMINISTRATIVA

O mero ajuizamento **não** suspende

A **instauração** do processo administrativo já suspende



CAI MUITO!

SÚMULA VINCULANTE N° 21: é **inconstitucional** a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para **admissibilidade do recurso** administrativo.

LIMINARES (em mandado de segurança ou outras ações judiciais)

- Sua **concessão** suspende a exigibilidade do C.T..
- Se o juiz **condiciona** a concessão de liminar à realização de depósito prévio, está a **indeferindo**



DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL

- Depósito total do **valor exigido** pela fazenda (deve ser feito em dinheiro)
- É **direito subjetivo** do contribuinte
- Decisão :
 - Favorável** ao contribuinte → ele faz o levantamento (= "saca o dinheiro")
 - Contrária** ao contribuinte → o depósito é convertido em renda (Extinção do crédito)
- Evita** a fluência dos **juros de mora**
- Razões** para realização:

VIA JUDICIAL

X

VIA ADMINISTRATIVA

Suspender a exigibilidade do crédito

Evitar a fluência dos **juros de mora**